REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

MARÇO 1962

VOL. II ★ NÚM. 1

★

SUMÁRIO

FLORESTAN FERNANDES, A Sociologia como Afirmação; CELSO FURTADO, Reflexões sôbre a pré-revolução brasileira; EZIO TAVORA DOS SANTOS, Mercado interno e desenvolvimento; FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, O método dialético na análise sociológica; HÉLIO SCHLITTLER SILVA, Comércio exterior do Brasil e desenvolvimento econômico; ANÍBAL PINTO, Notas sobre la distribución del ingreso y la estrategia de la redistribución; ADMARDO TERRA CALDEIRA, Estudo sôbre discriminação de preços; UNESCO/CEPAL/OEA, Relatório sôbre os aspectos sociais do desenvolvimento económico na América Latina; CEPAL, A Inflação no Brasil.

DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE, BRASIL

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais

Publicação quadrimestral editada em março, julho e novembro

CONSELHO DE DIREÇÃO:

Diretor — Professor Francisco de Assis Castro.

Membros — Professôres Domício de Figueiredo Murta, Petrônio de Assis Fonseca, Osório da Rocha Diniz e Waldemar Gontijo Maciel.

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

Membros — Professôres Orlando M. Carvalho, Edgar de Godói da Mata Machado, Morse Belém Teixeira, Emílio de Guimarães Moura, Newton Antônio da Silva Pereira, Hélio Pontes, Obregon de Carvalho e Francisco Iglesias.

SECRETÁRIO

Professor Julio Barbosa

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Tôda correspondência deverá ser endereçada ao Secretário da REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, à rua Curitiba, 832, Belo Horizonte, Brasil.

PREÇOS E ASSINATURAS:

Preço do número .. Cr$ 300,00 / US$ 1,00

Assinatura anual .. Cr$ 800,00 / US$ 3,00

Os pedidos deverão ser endereçados ao professor Afrânio Veiga, tesoureiro da RBCS, à rua Curitiba, 832, Belo Horizonte, Brasil.

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

VOL. II — MARÇO DE 1962 — Nº 1

★

ÍNDICE

A Sociologia como Afirmação, Florestan Fernandes 3

Reflexões sôbre a pré-revolução brasileira, Celso Furtado 40

Mercado interno e desenvolvimento, Ezio Távora dos Santos 57

O método dialético na análise sociológica, Fernando Henrique Cardoso 85

Comércio exterior e desenvolvimento econômico do Brasil, Hélio Schlittler Silva 107

Notas sobre la distribución del ingreso y la estrategia de la redistribución, Aníbal Pinto 175

Estudo sôbre discriminação de preços, Admardo Terra Caldeira .. 195

Relatório sôbre os aspectos sociais do desenvolvimento econômico na América Latina, UNESCO/CEPAL/OEA 251

A Inflação no Brasil, CEPAL 274

Notícias diversas 301

Colaboram neste número:

FLORESTAN FERNANDES, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo

CELSO FURTADO, Superintendente da SUDENE

EZIO TÁVORA DOS SANTOS, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo

HÉLIO SCHLITTLER SILVA, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

ANÍBAL PINTO, Diretor do Centro de Desenvolvimento CEPAL/BNDE

ADMARDO TERRA CALDEIRA, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais

Mercado interno e desenvolvimento

Ezio Távora dos Santos

Introdução

A expansão das atividades produtivas, seja para fins de exportação ou para atender ao crescimento da procura doméstica, significa ampliação do mercado interno, pois que a procura local crescerá em estreita relação com os rendimentos pagos pelas novas atividades — salários, juros, lucros. Dêsse modo, quando a oferta se expande para atender a uma procura mais elevada, volta a expandir-se a procura, exigindo subseqüente expansão da oferta, e assim por diante.

Essa sucessão de desequilíbrios é da própria essência do processo de crescimento das economias de livre-emprêsa. Pretender, pois, que desapareçam tais desequilíbrios, ou que seja eliminada a pressão constante da procura, é pretender eliminar o próprio desenvolvimento econômico.

Seria impossível exagerar a importância do setor externo da economia no processo de crescimento. Não só tem cabido històricamente às exportações o impulso inicial ao desenvolvimento, como é através delas que as economias menos desenvolvidas podem, de maneira indireta, «produzir» pràticamente tudo.

São bem conhecidas, todavia, as limitações do mercado mundial às exportações de produtos primários. Demais, mesmo exportações de monta dêsses bens não ocupam, em regra, senão pequena parcela dos fatôres de produção disponíveis, em especial, terra e mão-de-obra.

Assim, num país de largas dimensões geográficas, como o Brasil, o processo de desenvolvimento, para manter-se, tem de adquirir ràpidamente a auto-propulsão, tem de assentar-se mais e mais na expansão do mercado interno, firmando-se como um processo endógeno.

A apreciação do desenvolvimento econômico sob o ângulo da expansão do mercado interno é o objetivo do presente trabalho. Pareceu-nos útil emprêsa, pois é possível que dêste estudo se possam derivar, em elaborações posteriores, bases para uma estratégia do desenvolvimento, e, de imediato, elementos novos para a melhor compreensão do processo de crescimento econômico.

1. As Dimensões do Mercado

A ampliação do mercado nacional para os bens e serviços do consumo, ou seja, a absorção crescente, **per capita**, dêsses bens e serviços, é a própria expressão do desenvolvimento econômico. A produção de bens de capital, de produtos intermediários de qualquer natureza, assim como as exportações, não visam, em última análise, senão a realização de bens e serviços de consumo, no seu sentido mais amplo.

O nível das atividades econômicas é condicionado pelo tamanho do mercado, mas êste, por seu turno, é definido pelo nível das atividades econômicas. Ambos, são, assim, ao mesmo tempo, causa e efeito. O mercado não pode, pois, ser medido em têrmos geográficos, levando-se em conta apenas o número de consumidores potenciais e sua eventual capacidade física de consumo. Referindo-se à amplitude de um país, em seu sentido econômico, Hicks esclarece:

> «A amplitude em causa é a do mercado, o volume de produção (de determinado bem) que o mercado pode absorver, dependendo isto não sòmente da população, mas do nível de riqueza desta. Um país pobre, tal como a Índia ou a China, pode ter população enorme; todavia pode também ocorrer que o mercado por êle oferecido a muitos bens manufaturados seja bastante modesto, por ser muito baixa a renda real do seu povo.» (1)

Conforme assinala o mesmo autor, pode suceder que determinado mercado seja suficientemente amplo para oferecer tôdas as possíveis economias de escala à produção de bens de consumo final, mas não seja grande bastante para possibilitar a produção dos bens de capital usados na produção daqueles bens de consumo, ou para permitir a implantação de muitas indústrias ancilares. (2) Observe-se que mesmo o mercado nacional para os bens de capital é função da existência de um mercado de consumo suficientemente amplo, pois que os «consumidores» dos bens de capital são as indústrias que produzem bens de consumo final.

O mercado é definido, então, não em têrmos geográficos, mas pelo volume da procura assentada em efetivo poder de compra. Não resta dúvida, porém, que o aspecto geográfico é de grande relevância; um país menos desenvolvido, com grande população, poderá eventualmente superar as limitações do mercado através do progresso econômico; mas se o país é geogràficamente pequeno, as dificuldades que se opõem à expansão do mercado terão caráter mais permanente. (3) Quanto menor o país, menores serão as possibilidades de que venha a comandar seu próprio processo de crescimento, dada a maior e mais permanente dependência em relação ao exterior.

A interdependência existente entre **mercado** e **produção** é sintetizada de modo brilhante por Nurkse, quando diz que «capacidade para comprar significa capacidade para produ-

1) J. R. Hicks, "National Economic Development in the International Setting", em *Essays in World Economics* (Oxford, 1959), pág. 184.
2) J. R. Hicks, "National Economic Development in the International Setting", em *Essays in World Economics* (Oxford, 1959), pág. 184.
3) Idem.

zir». (4) É portanto o nível geral de produtividade que determina o tamanho do mercado.

O raciocínio, todavia, em têrmos de «renda **per capita**», ou do «nível geral de produtividade», está sempre exposto ao risco das confusões geradas pelas «médias» nacionais. A renda **per capita** só raramente reflete com razoável aproximação o nível de bem-estar social, que é decisivamente afetado pela distribuição da renda. O mesmo ocorre quanto à definição do mercado em função do nível de renda. Dois mercados, com idêntico volume de dispêndio global, podem apresentar características fundamentalmente diversas, com repercussões distintas no desenvolvimento nacional, tudo em decorrência de maior ou menor desigualdade na distribuição do poder de compra.

Lançando mão de uma ilustração geométrica, diríamos que as «dimensões» básicas do mercado seriam: 1) Sua **área**, expressa numèricamente pela população, não necessàriamente do país como um todo, mas do grupo marcadamente dominante na economia. Uma «unidade» de área, por conseguinte, representaria um indivíduo do grupo dominante; 2) Sua **profundidade**, definida pelo poder aquisitivo, médio, dos indivíduos do referido grupo. Certamente que neste caso o valor médio apresentaria distorção muito menor.

Tendo-se em mente essas «dimensões», compreende-se porque dois mercados, embora com idêntico poder global de absorção, em têrmos monetários, podem exibir características bàsicamente diversas. Isto pela mesma razão por que dois sólidos geométricos podem conter o mesmo volume sob as mais diversas formas. E a forma, ou estrutura, do mercado interno, é elemento fundamental no processo de desenvolvimento.

A título de ilustração, consideremos um mercado, que chamaremos tipo A, caracterizado por extrema concentração da renda, e outro mercado, tipo B, onde é mais baixo o poder de compra médio, porém menos concentrado. No primeiro caso,

4) Ragnar Nurkse, "Some International Aspects of the Problem of Economic Development", *The American Economic Review* (Maio, 1952), pág. 571.

estando o grosso da renda em mãos de pequeno grupo, a expressão geométrica dêsse mercado (tipo A) seria um prisma de formas esguias, com reduzida área como base. O tipo B, por sua vez, seria representado por um prisma «achatado». Como foi dito acima, a área da base representaria a população do grupo dominante, enquanto que a altura do prisma expressaria o poder de compra, médio, dêsse grupo.

É fácil perceber que mercados como os de tipo A e tipo B afetam de forma diversa o desenvolvimento econômico. A procura em um mercado do tipo A, com alta renda média, caracteriza-se pela grande diversidade dos bens e serviços procurados, porém em quantidades relativamente reduzidas de cada tipo, dada a limitada extensão física (ou «área») do mercado. A parcela dessa procura a ser satisfeita por produção doméstica é necessàriamente muito restrita, pois à medida que cresce a renda, mais refinada se torna a procura, sem todavia propiciar as economias de escala necessárias à diversificação e expansão da oferta nacional. O grosso da procura volta-se, assim, em regra, para as importações, pois as sociedades que apresentam alta concentração de renda se caracterizam, em geral, pela preponderância das exportações na composição do produto nacional.

Mesmo admitindo-se que, em ambos os mercados, tipo A e tipo B, idêntica parcela da renda de cada «indivíduo» (médio) se destinasse à aquisição de bens e serviços de origem nacional, fica desde logo evidente que o mercado tipo B ofereceria capacidade absortiva muito maior para a produção doméstica, já que em ambos os casos tal «capacidade absortiva» estaria representada pelos volumes dos troncos, de mesma altura, dos respectivos prismas, que têm diferentes áreas por base. Seria muito maior o volume do tronco do prisma representando o mercado tipo B, pois os dois troncos seriam como «camadas» de mesma espessura sob superfícies acentuadamente diferentes. É de admitir-se que, oferecendo o tipo B mercado mais amplo para a produção doméstica, a altura do respectivo tronco deveria ser maior, aumentando assim a diferença de volume dos dois troncos.

Visando apenas caracterizar os diferentes tipos de mercado, não buscamos, no momento, qualquer conclusão. Em nossa ilustração, por exemplo, consideramos dois mercados com idêntica procura global, em têrmos monetários, havendo ficado evidente que o mercado que chamamos tipo B ofereceria base muito mais ampla para a diversificação e expansão da produção nacional. Isto não implica, todavia, em concluir que, para um dado nível do produto nacional, apresentaria condições mais favoráveis para o desenvolvimento daquela economia na qual as importações, e assim as exportações, representassem a menor parcela do produto nacional, pois as economias mais primitivas, presas ao círculo vicioso da pobreza, são precisamente aquelas sem relações com o mundo exterior. Essas questões serão discutidas nos capítulos que seguem.

2. Mercado Interno e Desenvolvimento

No capítulo anterior fizemos menção à observação de Hicks de que o tamanho do mercado é determinado pelo nível geral de produtividade, e sublinhamos a importância do comportamento da procura no que tange ao estabelecimento das bases para a diversificação e expansão das atividades econômicas voltadas para o mercado interno. Nesse mesmo sentido, acentua Celso Furtado

> «No estudo do desenvolvimento econômico é... de importância fundamental conhecer o mecanismo do aumento da produtividade e a forma como reage a procura à elevação do nível da renda real.» (5)

Refere-se êsse economista ao fato de que é nos níveis mais baixos de produtividade que se encontram os mais sérios obstáculos ao desenvolvimento, e que uma comunidade primitiva, entregue às suas próprias fôrças, tende a ficar estag-

5) Celso Furtado, "Formulação Teórica do Problema do Crescimento Econômico", apêndice a *A Economia Brasileira* (Rio de Janeiro, 1954), pág. 195.

nada. É o chamado círculo vicioso de pobreza, observando Celso Furtado que "o impulso inicial para ultrapassar essas dificuldades veio històricamente de fora da comunidade." (6) Isto porque

> «A abertura de uma corrente de comércio externo permitirá a essa economia utilizar mais a fundo e mais racionalmente aqueles fatôres de que dispõe em abundância relativa: a terra e a mão-de-obra. Ao obter uma maior quantidade de bens do que seria possível caso utilizasse apenas para o mercado interno seus fatôres de produção, a economia terá aumentado sua produtividade.» (7)

Também Arthur Lewis destaca a importância da abertura de oportunidades de exportação como o **turning point** para uma economia não desenvolvida, pois que em baixos níveis de atividade econômica é extremamente difícil lograr-se um movimento ascendente produzindo apenas para o mercado interno. (8)

Não basta, todavia, que se abra uma corrente de comércio externo para que a economia passe a crescer. Já nos referimos (Capítulo 1) a certos tipos de economia nos quais a elevada concentração da renda impede que mesmo um fluxo relativamente grande de exportações tenha reflexos importantes na estrutura econômica do país. Uma economia dessa natureza origina um mercado típico, que denominamos tipo A. Êste ponto é ressaltado por Celso Furtado:

> «Se os aumentos da renda se concentram totalmente em mãos de pequenos grupos fechados, o processo de desenvolvimento, iniciado por pressão externa, não criará dentro da economia reações que tendam

6) *Ibid*, pág. 197.

7) Celso Furtado, *ob. cit.*, pág. 197.

8) W. Arthur Lewis, *The Theory of Economic Growth* (Homewood, Ill., 1955), pág. 275.

a intensificá-lo. Êste fenômeno se observa em algumas economias subdesenvolvidas onde existe um grande excedente de mão-de-obra e nas quais o estímulo vindo de fora é relativamente débil. Os benefícios resultantes do comércio exterior revertem totalmente em favor de pequenos grupos que buscam no exterior boa parte dos bens que consomem. Os benefícios do comércio exterior servem apenas para que alguns grupos sociais desfrutem de formas superiores de consumo imitadas de países altamente desenvolvidos.» (9)

A exigüidade do mercado em economias dêsse tipo é o mais sério obstáculo de natureza objetiva à expansão da produção voltada para o mercado interno. As atividades de exportação, além de se defrontarem com as limitações do mercado mundial, são, em regra, de natureza tal que absorvem apenas pequena fração da fôrça de trabalho disponível. Na Venezuela, por exemplo, até muito recentemente, o petróleo representava 90 por cento do valor das exportações, porém empregava apenas 2 por cento da fôrça de trabalho do país.

Para que uma nação de razoáveis dimensões geográficas possa basear seu desenvolvimento, fundamentalmente, nas atividades de exportação — mesmo deixando de parte outros importantes problemas, como a dependência em que ficaria o país em relação ao exterior —, um mínimo de condições deveriam ser satisfeitas, entre as quais as seguintes: a) o mercado mundial para os produtos que o país exportasse deveria manter-se em contínua expansão, assegurando escoamento permanente para a produção nacional sempre crescente; b) as atividades de exportação deveriam absorver tôda a mão-de-obra disponível e seu incremento vegetativo; c) a produtividade do trabalho empregado no setor externo deveria aumentar perdatentemente, pois que sem êsse aumento não se poderia falar em desenvolvimento. Conforme se pode verificar, algumas destas condições — como a condição b e a c — são mesmo, até

9) Celso Furtado, *ob. cit.*, pág. 200.

certo ponto, contraditórias. Para reconciliá-las, o aumento das exportações teria de alcançar ritmo extraordinàriamente alto, o que está em evidente desacôrdo com as condições prevalecentes no mercado mundial para os produtos primários. Face à acentuada inelasticidade da procura mundial de produtos primários, Ragnar Nurkse admite que o crescimento econômico dos países subdesenvolvidos deva, em grande parte, tomar a forma de aumento da produção para o mercado interno. (10)

Dêsse modo, uma vez dada a partida ao processo de desenvolvimento através da abertura de mercados externos, faz-se mister que o processo adquira seu próprio **momentum**, passando a assentar-se em grande parte na expansão do mercado interno, que atua então como fator dinâmico.

A natureza do produto exportado, sua técnica de produção, a importância da parcela de seu valor representando salários pagos, o próprio contexto social, afetam a repartição da renda gerada pela atividade exportadora, condicionando assim sua repercussão na estrutura econômica do país, mediante maior ou menor expansão do mercado interno. São exemplos ilustrativos, pela diversidade de efeitos que provocaram, as atividades brasileiras de exportação de açúcar, no período colonial, e de café, a partir do último quartel do século passado.

A produção de cana-de-açúcar no Brasil-colônia era feita à base de trabalho escravo, inexistindo os salários monetários, e, em conseqüência, como indica Celso Furtado,

> «Não havia... nenhuma possibilidade de que o crescimento com base no impulso externo desse lugar a um processo de desenvolvimento de autopropulsão.» (11)

Os lucros obtidos na atividade de exportação de açúcar, acentua Furtado, não poderiam ser invertidos na produção para o mercado interno, visto que «A procura monetária inter-

10) Ragnar Nurkse, "Some International Aspects of the Problem of Economic Development", *ob. cit.*, pág. 576.

11) Celso Furtado, *A Economia Brasileira* (Rio, 1954), pág. 78.

na se limitava aos gastos da classe proprietária, gastos êsses que eram expendidos no exterior, seja diretamente através da importação de consumo, seja indiretamente mediante a importação de fôrça do trabalho para prestar serviços pessoais.» (12)

No que respeita à cultura de café, esta se expandiu em São Paulo com base no trabalho assalariado. O fluxo de renda gerado pelas exportações era, por conseguinte, ampliado pelos sucessivos dispêndios que tinham origem nos gastos de consumo dos assalariados na cultura do café. «A massa de salários paga no setor exportador vem a ser, portanto, o núcleo central de uma economia de mercado interno.» (13)

Quando se abre uma corrente de comércio exterior para um país não desenvolvido, tal fato resulta não só no aumento do poder de capitalização dessa sociedade, em decorrência do aumento da produtividade, como significa o acesso a novas técnicas e a novos bens de consumo e de produção. O aproveitamento dessas oportunidades em benefício da expansão da economia nacional, todavia, como já foi assinalado, dependerá do comportamento da procura interna resultante do incremento da renda. Tal comportamento será função, basicamente, da forma pela qual essa renda é distribuída.

Um Emir e sua côrte, beneficiários dos **royalties** da exploração de petróleo em seus domínios, satisfarão muito naturalmente seus sofisticados hábitos de consumo através de importações, pôsto que a primitiva estrutura industrial do seu país pouco ou nada lhes poderá oferecer. O pouco que tenha deverá ainda enfrentar — salvo para aqueles bens e serviços que não possam ser importados — a concorrência das importações, que serão «baratíssimas», dada a abundância de moeda forte nas mãos de uns poucos privilegiados e a ausência de restrições. O desenvolvimento das atividades de produção voltadas para o mercado interno, por conseguinte, será dificultado não só pelas limitações dêsse mercado como pela capacidade relativamente ilimitada de importar.

12) Ibid., págs. 78/79.
13) Ibid., págs. 90/91.

Mesmo um país de dimensões amplas, que se encontre na situação acima descrita, tenderá a manter-se estagnado, não obstante as potencialidades exibidas pela extensão geográfica e população. A situação só se modificará em favor de seu desenvolvimento se algo ocorrer que venha resultar na ampliação do mercado para a produção doméstica. Uma simples redistribuição de renda não será suficiente, pois que poderá resultar meramente na ampliação do grupo privilegiado. Faz-se necessário não só que a procura dos bens produzidos, ou que possam vir a ser produzidos, internamente, se amplie, mas que esta procura se volte para o suprimento doméstico. Històricamente se observa que é necessário surjam dificuldades de importação para que o fluxo da procura se oriente para a produção nacional.

Referindo-se às flutuações na receita de divisas estrangeiras que resultam na contração de capacidade de importar, Hirschman observa que

> «... tais flutuações não constituem um recuo obrigatório no desenvolvimento de um país: uma redução temporária na receita cambial permite-lhe vencer as resistências opostas ao início de produção substitutiva de importações, resistências que se apresentam nos períodos de abundância de divisas, mesmo depois de superada a fase incipiente da produção interna. Quando se pronunciam as dificuldades de balanço de pagamentos, tais resistências se abrandam e se tornam mais fortes os incentivos à intensificação da produção doméstica.» (14)

Usualmente modificações de profundidade na estrutura econômica e social de um país, como na distribuição da renda, não ocorrem como resultado da ação deliberada do poder político. Assim, ressalvada a hipótese de violentas reformas sociais, o sinal de partida para o desenvolvimento ficará na

14) Albert O. Hirschman. *The Strategy of Economic Development* (New Haven, Conn., 1960), pág. 173.

dependência de benfazejos desastres, como um **crack** mundial, uma guerra, dificuldades no balanço de pagamentos, etc., que poderão introduzir algumas alterações estruturais básicas, suavizando ao mesmo tempo o processo de transferência do poder político.

O desenvolvimento do Brasil, notadamente a partir da grande depressão de 1929, deveu-se, em grande parte, aos estímulos resultantes de dificuldades externas. O processo de expansão industrial encaminhou-se naturalmente pela via de substituição de importações, estimulado por uma procura global em expansão e pelas dificuldades cambiais, sob persistente pressão inflacionária. No dizer de Celso Furtado:

> «O desenvolvimento dos últimos decênios teve o seu centro dinâmico nos grandes investimentos industriais. O crescimento das indústrias é que permitiu a expansão do emprêgo nos serviços e, concomitantemente, a urbanização, que atuou como fator dinâmico sôbre a agricultura, permitindo a ampliação da área cultivada. Como contrapartida dessas modificações operaram-se as transferências de mão-de-obra referidas. Ora, não seria fácil explicar o grande volume de investimentos industriais dos últimos decênios sem o processo de substituição de importações e a pressão inflacionária que atuou por trás dêste. O investimento industrial destinou-se, via de regra, a satisfazer um mercado tornado acessível pela tarifa ou pela barreira cambial. Atuando simultâneamente em várias direções, o investimento industrial, ao mesmo tempo que satisfazia a procura inicialmente visada, ampliava-a.» (15)

Para que o processo do crescimento econômico adquira auto-propulsão, deve êle revestir-se de caráter endógeno, passando a assentar-se bàsicamente na ampliação da procura do-

15) Celso Furtado, "Industrialização e Inflação", *Econômica Brasileira* (Julho/dezembro, 1960), pág. 90.

méstica. Isto é particularmente verdadeiro para países das dimensões do Brasil. Por conseguinte, é de fundamental importância a plena percepção do papel dinâmico que cabe ao mercado interno no processo de desenvolvimento.

3. As Oportunidades de Inversão

Em seu livro **The Strategy of Economic Development**, Albert Hirschman esposa a tese do desenvolvimento econômico como uma sucessão de desequilíbrios, considerando que a teoria do desenvolvimento equilibrado (**balanced growth**) resulta da comparação do ponto inicial de subdesenvolvimento em equilíbrio com outro no qual o desenvolvimento terá sido pràticamente alcançado, sem levar na devida conta o processo que jaz entre êsses dois pontos, precisamente o processo de desenvolvimento. Diz Hirschman:

> «Do nosso ponto de vista, portanto, a seqüência que «afasta do equilíbrio», constitui, precisamente, um modêlo ideal de desenvolvimento: em tal seqüência, cada movimento é induzido por um desequilíbrio anterior e, por sua vez, cria novo desequilíbrio que requer novo movimento.» (16)

A expansão do mercado interno, como já foi indicado, não é outra coisa senão o reverso da ampliação das atividades produtivas. Tal expansão, por conseguinte, processa-se sob a pressão de uma série de desequilíbrios, sendo porém uma constante ao longo do crescimento. A não compreensão dêste ponto tem levado muitos a considerar como aplicável à economia de livre-emprêsa um modêlo de desenvolvimento segundo o qual seria possível lograrem-se taxas mais elevadas de investimento mediante a compressão do consumo. Tal equívoco resulta, em primeiro lugar, da apreciação do produto nacional em têrmos estáticos; em segundo lugar, esquece-se que o **primum mobile** em uma economia liberal é a busca do lucro, sendo

16) Albert O. Hirschman, *ob. cit.*, págs. 66-67.

irrealístico, portanto, pretender que o nível de investimentos se elevaria em uma conjuntura em que a procura de bens de consumo estivesse caindo, ou mesmo que se mantivesse estacionária. A procura de bens de capital, como é sabido, é fundamentalmente uma procura derivada, notadamente nas economias subdesenvolvidas.

A êsse propósito, acentua Celso Furtado:

> «... a economia de livre emprêsa, para crescer, necessita criar seu próprio mercado. Não seria possível à economia crescer absorvendo todo o incremento do produto em maiores lucros, os quais devessem transformar-se em fundos para novas inversões. As oportunidades de inversão, em tal caso, tenderiam ràpidamente a reduzir-se e o processo de crescimento a deter-se.
>
> É, portanto, indispensável que uma parte substancial do incremento do produto se transforme em renda disponível para o consumo, em mãos da população.» (17)

Observa Furtado ser essa a distinção fundamental entre uma economia de livre-emprêsa e uma economia planificada, na qual a inversão pode crescer, por longos períodos, sem que a estagnação do consumo constitua um obstáculo. Ainda neste caso especial, aduzimos, a economia estaria crescendo com base na ampliação do mercado; a diferença é que numa economia socialista o mercado dos bens de capital deixa de ser dependente do mercado de bens de consumo.

Como conseqüência do esfôrço recente no sentido da formulação de uma teoria do desenvolvimento econômico, começaram a ser levantadas dúvidas quanto à validade de certos conceitos tradicionalmente aceitos, que se colocam como obstáculo à melhor explicação do processo de crescimento. Um dêsses princípios é o que atribui à poupança o papel de principal agente do crescimento. Em contraposição Hirschman, por exemplo, situou as oportunidades de inversão como a mola do desenvolvimento, atribuindo à poupança papel inteiramente passivo, pois que seria determinada pelo próprio processo de crescimento. (18)

(17) Celso Furtado, "Formulação Teórica do Problema do Crescimento Econômico", *cit.*, págs. 207-8.

Para ilustrar seu ponto de vista, reporta-se Hirschman a um artigo de Aubrey em que êste trata do papel da pequena indústria no desenvolvimento, colocando-se a favor da implantação de pequenas indústrias nas áreas rurais e em pequenas cidades com base no argumento de que assim se economizariam os dispêndios em **overhead capital** (água, energia, habitação, etc.) que seriam requeridos pela indústria urbana e sua fôrça de trabalho. Essa posição é inteiramente válida, diz Hirschman, se se admite que o suprimento de capital é fixo.

> «Se, todavia, abandonarmos esta presunção e nos orientarmos pela regra de que, no curso de uma fase prolongada, a essência da estratégia do desenvolvimento consiste em maximizar as decisões induzidas, não nos restará senão defender, e não contrariar, o estabelecimento de indústrias nas cidades, precisamente porque isto força a formação de capital adicional ou complementar que, de outro modo, jamais ocorreria.
>
> Obviamente, aquilo a que nos opomos, aqui, não é o princípio de poupar o capital, em geral, mas uma política que, em nome dêsse princípio, reduziria os estímulos e pressões em favor da formação de capital adicional que poderia emanar dos investimentos de um dado período. Tal política, com efeito, pouparia exigências de capital no próximo período, mas inibiria igualmente o suprimento de capital; em verdade, por isso, «pouparia» a **formação** de capital, ao invés de capital!» (19)

(18) Albert O. Hirschman, *ob. cit.*, pág. 73.
(19) *Ibid.*, pág. 44.

Acreditamos que uma das principais causas do equívoco relativo à existência de uma contradição entre consumo e investimento no sistema de livre-emprêsa resida na indevida generalização do processo histórico que teria caracterizado o crescimento de economias que se expandiram **voltadas para fora**. Em tal caso, seria possível admitir-se a aceleração do crescimento mediante a compressão do consumo, pois que a expansão do setor dinâmico da economia — o setor externo — independeria do que pudesse estar ocorrendo no setor interno. Mesmo assim, parece-nos ainda por demonstrar que qualquer economia de livre-emprêsa se tenha desenvolvido à base da compressão do consumo interno.

No que respeita à formação de uma classe de emprcsários, formamos entre os que consideram que tem sido atribuída exagerada importância à influência de tradições culturais, de fatôres sociais e religiosos. Ainda aqui acreditamos que o elemento primordial seja o aparecimento de **oportunidades de inversão**. Concordamos, pois, com Arthur Lewis em que,

> «Quanto aos capitalistas nacionais, sua emergência liga-se provàvelmente ao surgimento de novas oportunidades, em particular de algo que, ampliando o mercado, se associa a alguma técnica nova que melhore de muito a produtividade do trabalho, se ocorre o emprêgo conjunto de trabalho e capital. Uma vez surgido o setor capitalista, o seu crescimento é apenas uma questão de tempo. É claro que, havendo progresso técnico reduzido, o excedente crescerá com lentidão. Todavia se, por uma razão ou por outra, crescem com rapidez as oportunidades de emprêgo produtivo do capital, o excedente crescerá no mesmo ritmo e, com êle, a classe capitalista.» (20)

Em muitas ocasiões em que citamos Celso Furtado, ficou patente a preponderância por êle atribuída às oportunidades de inversão na mecânica do desenvolvimento. Isto também ocorre quando o referido economista trata do deslocamento do centro dinâmico da economia do setor externo para o mercado doméstico:

20) W. Arthur Lewis, "Economic Development with Unlimited Supplies of Labour", *The Manchester School* (maio, 1954), pág. 160.

> «... Se o impulso externo sofre solução de continuidade quando ainda é muito baixo o nível de produtividade, é provável que o processo de desenvolvimento se interrompa. Mas, se a economia consegue atingir certos níveis de produtividade que permitem uma formação líquida de capital de alguma monta, a importância relativa dos impulsos externos no processo de crescimento tenderá a diminuir. À medida que aumenta a produtividade, cresce a renda real e se diversifica a procura, o que vai abrindo novas oportunidades de inversão, conforme veremos em seguida.» (21)

Em outras passagens, todavia, revela-se Furtado ainda bastante prêso aos conceitos tradicionais. Atribui, por exemplo, grande relevância aos fatôres institucionais e de outras ordens que, através da propensão a consumir, influenciariam a taxa de capitalização. (22) Em outra oportunidade, afirma que a poupança é hoje o problema central do desenvolvimento econômico, dizendo que: «Não são incentivos para intervir o que falta em nossa economia. Faltam sim estímulos para poupar.» (23)

O papel passivo da poupança no processo de desenvolvimento, bem como a vital importância da abertura de oportunidades de inversão, são destacados de maneira extraordinàriamente lúcida por Hicks:

> «Tratando-se da verdade histórica, é ao extremo improvável que os países «avançados» tenham iniciado o seu desenvolvimento por uma decisão (indi-

21) Celso Furtado, "Formulação Teórica do Problema do Crescimento Econômico", *cit.*, pág. 198.

22) *Ibid.*, pág. 205.

23) Celso Furtado, "Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico", *Revista Brasileira de Economia* (setembro, 1952), pág. 35.

vidual ou coletiva) de elevar a sua taxa de poupança; ao contrário, o que ocorreu foi um aumento das oportunidades de emprêgo produtivo da poupança. Uma vez descobertas tais oportunidades, não importa muito a taxa de poupança que assinala o ponto de partida. Mesmo que se comece em nível baixo, os ganhos ampliados que se obtêm com as pequenas poupanças facilitam o crescimento da taxa geral de poupança; por outro lado, se grandes poupanças conduzem apenas a pequenos ganhos, será fatal a extinção do desejo de poupar. Para os países subdesenvolvidos, é realmente mais importante descobrir meios de investir suas poupanças, a fim de torná-las altamente produtivas, do que simplesmente estimular poupanças na ausência de oportunidades de uso suficientemente produtivo para as mesmas.» (24)

Esta é também a posição de Arthur Lewis, ao considerar que

«... a explicação básica de qualquer «revolução industrial», isto é, de tôda a aceleração súbita da taxa de formação de capital, está contida em um súbito aumento das oportunidades de ganhar dinheiro; pouco importa saber se as novas oportunidades decorrem de novas inversões, ou de mudanças institucionais que tornem possível a exploração das possibilidades existentes.» (25)

Chega-se à conclusão, portanto, de que a mola propulsora do desenvolvimento são as oportunidades de inversão, e que, uma vez vencida a etapa inicial do impulso externo, tais oportunidades deverão abrir-se, necessàriamente, através da ampliação do mercado doméstico. Tarefa preliminar no delineamento de uma política de desenvolvimento seria, pois, a identificação dos fatôres que atuam na expansão do mercado interno.

24) J. R. Hicks, "National Economic Development in the International Setting", *cit.*, págs. 179-180.

25) W. Arthur Lewis, *The Theory of Economic Growth, cit.*, pág. 235.

4. A Expansão do Mercado Interno

Já foi mencionado antes o caso especial da economia socialista, na qual, podendo a oferta marchar à frente da procura, o «mercado» será uma resultante da atividade planificadora, pois sua ampliação dependerá da taxa e da direção da acumulação de capital, e não vice-versa. Quanto às economias subdesenvolvidas de livre-emprêsa, todavia, à falta de um impulso externo, tenderia a persistir o círculo vicioso no qual não se realizam inversões porque o mercado não se expande, e o mercado não se expande porque não se realizam inversões. Uma vez, porém, quebrado êsse círculo, o processo de crescimento tenderia a manter-se, devido à relação circular entre a procura e a oferta.

Tendo em conta as limitações impostas pelo tamanho do mercado, nas economias subdesenvolvidas, às decisões individuais de investimento, sugere Nurkse como saída, um alargamento geral, simultâneo, da oferta e da procura. Propõe um ataque frontal, uma onda de inversões de capital em numerosas indústrias de diferentes naturezas, projetadas de forma tal que a produção de cada uma viesse encontrar escoamento através da procura que fluiria do aumento da renda real, representado pelo conjunto das novas atividades produtivas. (26)

Celso Furtado julga que a proposição de Nurkse seria válida nos quadros do processo cíclico de economias desenvolvidas, porque, havendo muitos fatôres ociosos em certas fases do ciclo, é essencial que o movimento se inicie simultâneamente em uma larga frente, a fim de que alguns setores criem mercado para os demais. No entanto, êle considera

26) Ragnar Nurkse, *Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries* (Oxford, 1957), págs. 13-14.

irrealístico pretender que uma economia subdesenvolvida viesse a iniciar um processo de desenvolvimento de tal natureza, com seus próprios recursos e pela ação espontânea de seus empresários. (27)

Na crítica que faz da teoria do **balanced growth,** Hirschman considera que um de seus mais curiosos aspectos é «o modo pelo qual combina a atitude derrotista, diante das capacidades das economias subdesenvolvidas, com expectativas inteiramente falsas sôbre suas iniciativas criadoras.» (28)

Depois do impulso externo inicial, o caminho normal pelo qual se expande o mercado para a produção doméstica, como já foi indicado anteriormente, é a **substituição de importações**. A mecânica do processo é bem conhecida: no período em que é abundante o suprimento de divisas estrangeiras e não há restrições às importações, desenvolvem-se hábitos de consumo, cria-se mercado para produtos até então desconhecidos ou não apreciados. À medida que êsses hábitos de consumo se cristalizam, a economia entra num processo de evolução, tornando-se cada vez mais orientada para o mercado. Conforme assinala Hirschman (29) é provável que nessa fase diversos «limiares» estejam sendo cruzados, no sentido de que muitos dos bens importados já teriam condições de mercado para justificar sua produção local. Tal produção, contudo, não se inicia, devido à oposição dos interêsses na importação, à dificuldade de competir com os produtos importados, e à falta de interêsse das autoridades públicas.

Chega então o período de dificuldades, quando são impostas restrições, de uma ou outra forma, às importações:

> «... por experiências anteriores, os empresários sabem que a amplitude do mercado interno, para algumas dessas importações, assegura a instalação de fábricas no país, cabendo ressaltar que tais projetos já

27) Celso Furtado, "Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico", *cit.*, págs. 13-14.

28) Alberto O. Hirschman, *The Strategy of Economic Development, cit.*, págs. 52-53.

29) *Ibid.*, pág. 173.

> contam com forte apoio da opinião pública pelo fato de que esta sente como privação a escassez ou os altos preços dos bens antes importados; com efeito, nesta fase, os próprios importadores locais, ou as firmas exportadoras no exterior, com freqüência se tornam fabricantes de bens que antes constavam da pauta de importação do país.» (30)

Certamente que a pura e simples contração da capacidade de importar não poderia servir como «receita» para o desenvolvimento. Suponha-se, por exemplo, que uma economia ainda em baixos níveis de produtividade experimente uma queda na sua receita de exportações, imediatamente refletida na contração da procura interna devido à redução da renda do setor exportador. Como conseqüência natural, baixaria o nível geral das atividades econômicas. Para que as dificuldades de importar produzam efeitos positivos, devem estar associadas com duas condições básicas: a economia deve encontrar-se já relativamente bem equipada e a procura interna deve manter-se em expansão.

Seria também ocioso observar que diferentes políticas de substituição de importações produzem diferentes resultados relativos ao desenvolvimento econômico do país. No Brasil, por exemplo, como assinala Celso Furtado, a falta de adequada orientação dos investimentos prejudicou sèriamente o processo de substituição de importações, pois aqueles não se distribuiram com critério de complementaridade. Demais, como as restrições às importações eram opostas em função da não essencialidade, os investimentos concentraram-se nas indústrias de bens menos essenciais, que se haviam tornado as mais rentáveis. (31) Faltou, assim, a necessária complementação à política de seleção de importações.

No que tange à tecnologia a ser incorporada no processo de crescimento dos países menos desenvolvidos, ou, mais especificamente, no esfôrço de substituição de suas importações, de

30) *Ibid.*, págs. 173/4.

31) Celso Furtado, "Industrialização e Inflação", *Econômica Brasileira* (julho-dezembro, 1960), pág. 78.

há muito se defende a tese de que, sendo a escassez de capital o principal fator limitativo do crescimento, ao lado de suprimento quase ilimitado de mão-de-obra, a tecnologia mais favorável — evidentemente quando possível a escolha — será aquela que apresente maior densidade de mão-de-obra, ou seja, mais baixa relação capital/produto. Uma política de investimentos assim orientada ensejaria o mais alto incremento do produto global para um mesmo montante de recursos investíveis.

Uma objeção apresentada a essa tese é no sentido de que sendo extremamente elevada a propensão marginal a consumir nos países subdesenvolvidos, a maior parte do incremento da renda real propiciado pelas novas atividades se destinaria ao consumo, devido à elevada proporção dos salários no valor dos bens finais, dificultando, por conseguinte, os esforços de crescimento subseqüentes. Ao contrário, dizem, se adotada tecnologia mais avançada, reduzir-se-ia a proporção dos salários e assim se elevaria a poupança marginal, pois o grosso do valor líquido adicionado por aquelas atividades se traduziria em remuneração ao capital e lucros.

Tal objeção nos parece discutível. Ela resultaria de uma visão apenas parcial e estática do fenômeno do crescimento. A poupança estaria sendo situada como o elemento motor do desenvolvimento, atitude tradicional já referida antes, estando ausente uma apreciação compreensiva e dinâmica do processo.

Não há dúvida de que, se tomarmos duas emprêsas, apresentando o mesmo valor de produção (valor adicionado), mas que adotem diferentes graus de tecnologia, em razão do que uma delas apresentaria proporção muito mais elevada de salários, quase poderemos afirmar que parcela muito maior dos rendimentos pagos por esta última emprêsa se destinaria a gastos de consumo. Seria isso, todavia, necessàriamente um mal? Resultaria efetivamente numa taxa mais baixa de poupança marginal? Tenderíamos para a resposta negativa, pela razões que exporemos a seguir.

A massa dos salários pagos se voltaria, na verdade, quase que totalmente, para o consumo, mas isso não significaria, necessàriamente, poupanças mais reduzidas, pois ter-se-ia que levar em conta uma sucessão de repercussões, como que um

«efeito multiplicador» daquela massa de salários inicialmente considerada. Ainda que em cada uma das etapas dessas repercussões a proporção da poupança fôsse muito mais baixa, é possível que ao final tivessem sido geradas maiores poupanças, em têrmos absolutos, como conseqüência da expansão da renda.

Dada a natureza do incremento inicial da procura acima referido, que ocorreria fundamentalmente no grupo de mais baixos rendimentos, é razoável atribuir-se-lhe alto «efeito multiplicador», pois que tal procura se orientaria bàsicamente para os bens e serviços de consumo genérico, supridos — bem como grande parte dos respectivos bens de capital, conforme o estágio de industrialização já atingido —, pela produção nacional. Assim, um aumento de produção para atender a uma procura existente resultaria também num aumento da procura, a exigir nôvo aumento da produção, e assim por diante.

Por outro lado, «tecnologia mais avançada» quase que é sinônimo de máquinas, equipamentos e matérias importadas. Dêsse modo, continuadas reposições e reinversões no setor tecnològicamente mais avançado significaria desviar para o exterior grande parte da pressão que atua em benefício da expansão da economia. Além disso, estaria êsse setor transferindo para os demais a tarefa fundamental de ampliar persistentemente o mercado interno.

O apoio à adoção de tecnologias menos avançadas não implicaria necessàriamente, pois, em considerar como elemento fixo o suprimento de capitais. Demais, estaríamos sendo levados a adotar a posição de Nurkse, segundo a qual as mais importantes economias externas que fluem das novas emprêsas no curso do progresso econômico seriam aquelas que tomam a forma de aumento do tamanho do mercado. (32)

Retornando ao fio principal de nossa exposição, dizíamos que a substituição de importações é o caminho natural pelo qual se processa o alargamento do mercado para a produção interna, depois de cessado ou reduzido o impulso externo inicial. Caso

32) Ragnar Nurkse, *Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries*, cit., pág. 14.

o país logre manter uma taxa de crescimento razoável, e sendo de todo provável que a capacidade de importar não acompanhará êsse ritmo, o processo de substituição de importações deverá ser particularmente enérgico, resultando em rápida alteração da composição das importações.

Ao início, importam-se quase que só bens de consumo. Na fase seguinte assumem importância as importações de matérias-primas e de máquinas e equipamentos para a indústria de bens de consumo. Quando a procura dêsses bens de capital atinge níveis suficientemente elevados, chega a vez de promover sua produção internamente. Passa-se a importar, então, máquinas de produzir máquinas, encaminhando-se para o fim o processo de substituição de importações.

Vale assinalar que o processo de substituição de importações não se desenvolve de maneira suave, como a sucessão de etapas acima descrita poderia dar a entender. A par do que estaria ocorrendo com a capacidade de importar ao longo do processo, teríamos de considerar, por exemplo, que, em regra, a substituição da importação de bens de consumo pela de bens de capital destinados à sua produção representa, no curto praso, um aumento da pressão sôbre o balanço de pagamentos. Também a manutenção por período demasiadamente longo dos favores especiais à importação de bens de produção, que quase sempre caracterizam a primeira etapa, pode criar sérios embaraços à implantação da indústria nacional de bens de capital, e assim à passagem à etapa seguinte do processo de substituição de importações.

De uma forma ou de outra, porém, se o crescimento econômico não sofre solução de continuidade, o processo de substituição de importações se encaminhará para o fim, quando a procura de importações tender a um nivelamento com a capacidade de importar. Celso Furtado considera que, no Brasil, «com a diferenciação da estrutura industrial a economia já está marchando para um relativo equilíbrio entre a capacidade para importar e a procura de importações.» (33) Pergunta então êsse economista:

(33) Celso Furtado, "Industrialização e Inflação", *cit.*, pág. 90.

> «esgotados os estímulos decorrentes do processo de substituição de importações e reduzida a correspondente pressão inflacionária, haverá necessàriamente queda na taxa de inversões com redução do ritmo de crescimento?» (34)

Depois de advertir que uma redução no ritmo de crescimento da economia brasileira seria acompanhada por tensões sociais de agudeza dantes não conhecida, Furtado aponta duas prováveis direções para o caminho a ser seguido pelo desenvolvimento:

> «A primeira é a do aumento de produtividade nas indústrias e da transferência dos frutos da maior produtividade para os setores assalariados — decorrência de um mercado mais disputado — o que poderá permitir um crescimento mais rápido do poder aquisitivo do conjunto da população, inclusive rural. Essa elevação de produtividade abriria às indústrias, dentro da agricultura, um mercado para aqueles produtos manufatureiros que são bens de produção neste setor. Dessa forma haveria estímulo para um processo de capitalização na agricultura, do qual decorreria, necessàriamente, elevação da produtividade e melhoria do salário real...
>
> A segunda direção é a da transformação direta da estrutura agrária. À base de uma modificação ordenada dessa estrutura, que permita racionalizar o uso dos fatôres, particularmente da mão-de-obra, sería possível reduzir custos do excedente agrícola e ampliá-lo, com elevação dos salários reais dentro e fora da agricultura. Êsse processo poderia traduzir-se em ampliação da procura de bens de produção, de origem industrial, pelo setor agrícola, assim como em redução

(34) *Idem.*

dos custos industriais e dos serviços em geral — através de baixa relativa dos preços agrícolas — ampliando nas zonas urbanas o mercado de manufaturas.» (35)

Como não poderia deixar de ser, ambas as direções indicadas levam ao alargamento do mercado interno, pois conduziriam à manutenção do desenvolvimento econômico nacional, e desenvolvimento econômico, como assinalamos ao início, é sinônimo de ampliação do mercado interno.

Conclusões

I

Embora relevantes os aspectos geográficos do mercado, êste se define bàsicamente em função do nível geral de produtividade, já que «capacidade para comprar significa capacidade para produzir.»

II

Quanto menor a concentração da renda, tanto mais ampla tenderá a ser a procura orientada para o suprimento doméstico e tanto mais favoráveis, assim, as condições para a ampliação e diversificação da produção nacional.

III

Dadas as limitações do mercado mundial à expansão do setor externo das economias subdesenvolvidas, e devido às próprias características dos produtos primários no que respeita à absorção de fatôres de produção disponíveis, o processo de crescimento econômico de um país geogràficamente amplo como o Brasil, deve assentar-se bàsicamente na expansão do mercado interno.

35) *Ibid.*, pág. 91.

IV

As atividades de exportação favorecerão a ampliação do mercado interno, e assim o desenvolvimento, na proporção em que o fluxo de rendimentos delas originários se transforme em procura de bens e serviços de origem nacional.

V

As oportunidades de inversão seriam o elemento motor do crescimento econômico, pois que a própria emergência de uma classe empresarial e a ampliação da poupança nacional estariam condicionadas ao surgimento de oportunidades para a aplicação produtiva das poupanças.

VI

Uma vez cessado ou reduzido o impulso inicial de desenvolvimento, resultante da abertura de mercados externos, o caminho normal pelo qual se expande o mercado para a produção doméstica é através da substituição de importações.

VII

O processo de substituição de importações, em regra, só é deflagrado quando, encontrando-se a economia já relativamente bem equipada, ocorrem dificuldades de importação, ao mesmo tempo em que a procura global mantém-se em expansão.

VIII

O processo de crescimento econômico, passando a ter como núcleo a expansão das indústrias substitutivas de importações tenderia a ser tanto mais intenso quanto mais elevada a participação de fatôres de origem nacional nessas atividades, e maior a proporção do fluxo incremental de rendimentos que se transforma em procura orientada para a produção interna.

IX

Quando o progresso industrial nacional alcança níveis superiores, tendem a desaparecer os estímulos resultantes do esfôrço de substituição de importações. O desenvolvimento, daí por diante, terá de abrir caminho pela expansão «direta» do mercado interno; isto poderia dar-se, como já foi indicado, através do aumento da produtividade nas indústrias, transferindo-se seus frutos para os setores assalariados, ou da transformação direta da estrutura agrária.